

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA NO PRONATEC E OS MECANISMOS DE SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.

Fernanda Cosme da Costa
EPSJV – IFRJ
fernandacosme@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar reflexões preliminares acerca da política brasileira contemporânea de educação profissional, com ênfase em ações de qualificação profissional efetivadas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho é socializar as reflexões preliminares a respeito dos principais condicionantes que definem mudanças na política de educação profissional no Brasil contemporâneo, e especificamente, dentre as ações do PRONATEC, quais os princípios que norteiam a qualificação profissional dos trabalhadores. Este estudo tem no materialismo histórico dialético o seu referencial teórico metodológico, o que implica em conceber a educação profissional enquanto um processo histórico que guarda uma relação dialética com os processos produtivos. Assim, a fim de compreender as mudanças ocorridas no processo produtivo e nos padrões de desenvolvimento brasileiro, utilizou-se o aporte teórico da Teoria do Sistema Mundial e da Teoria da Dependência.

PALAVRAS-CHAVE: educação profissional, superexploração, PRONATEC .

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA NO PRONATEC E OS MECANISMOS DE SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões preliminares sobre a pesquisa que tenho desenvolvido como mestranda, a respeito da política brasileira contemporânea de educação profissional, com ênfase em ações de qualificação profissional efetivadas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa é identificar os principais condicionantes que definem mudanças na política de educação profissional no Brasil contemporâneo, e especificamente, identificar dentre as ações do PRONATEC, quais os princípios que norteiam a qualificação profissional dos trabalhadores. A relevância desta investigação fundamenta-se na compreensão de que o trabalho e a educação são atividades essencialmente humanas. Em outras palavras, como enfatiza Saviani (2007), a essência do homem reside no fato de agir intencionalmente sobre a natureza a fim de atender as suas necessidades, alterando sua vida material e também produzindo novas formas de viver. Nesta perspectiva, a alteração da natureza é condição necessária à manutenção da existência humana, sendo possível portanto afirmar, que ao homem não é dado viver sem trabalhar.

Neste sentido, a análise do contexto no qual o PRONATEC emerge, e do próprio programa, são realizadas a partir do referencial teórico metodológico do materialismo histórico dialético, e de autores de fundamentação marxista, com vistas a enfatizar a contribuição para a conformação de estratégias de exploração da classe trabalhadora. Cabe ainda ressaltar, que neste trabalho, o capitalismo é compreendido a partir da perspectiva de Samir Amim (2006), que o concebe como um sistema mundial no qual a divisão do trabalho tem amplitude internacional. A análise das bases sobre as quais se estabelece a relação entre os países é realizada a partir da teoria da dependência em sua abordagem marxista, que caracteriza o desenvolvimento do Brasil e América Latina como formações sociais subalternas ou dependentes (MARTINS, 2011).

2. O TRABALHO COMO CATEGORIA CENTRAL DE ANÁLISE DAS SOCIEDADES

Ao afirmar que o trabalho é uma categoria central de análise das sociedades, Danièle Linhart (2007), se opõe não só a teses e discursos psicossociológicos, como a toda uma corrente da sociologia. Tais correntes defende que já não é possível compreender as sociedades pela centralidade do trabalho pois desde 1968 o

mercado de trabalho não é mais o mesmo. Segundo a autora, a partir da análise das duas principais correntes psicossociológicas é possível afirmar que entre 1968 a 1975, a principal argumentação era de que havia uma recusa dos jovens pelo trabalho, enquanto após os anos de crise a partir de 1975, a afirmação era a de que havia o anseio por um trabalho diferente, mais flexível. Entretanto, para Linhart, este é justamente o motivo que permite afirmar ainda hoje o trabalho como uma categoria de análise central das sociedades, visto que as transformações no mundo do trabalho o submetem, assim como as demais áreas da vida humana, à lógica da racionalidade econômica. Tais mudanças a despeito do que se afirma, contribuem para que o trabalho assuma uma posição cada vez mais central e importante na organização da sociedade contemporânea, visto que é em torno deste que a vida se estrutura. Assim, concordo com a autora pois "a compreensão da evolução de nossas sociedades reside, indiscutivelmente, na compreensão da importância que elas dão ao trabalho." (LINHART, 2007, p. 35)

3. A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICA

No que diz respeito a relação entre trabalho e educação, Saviani (2007) afirma que estas são atividades essencialmente humanas, pois somente o homem é capaz de alterar a natureza de acordo com as suas necessidades. Esta perspectiva contrapõe-se frontalmente a análise que cristaliza o homem segundo sua essência, atribuindo características comuns a todos os indivíduos (animal racional, animal político, animal simbólico, etc). No entanto, a essência do homem não é considerada nem uma dádiva, nem como algo que precede a existência humana, mas é produzida pelos próprios homens. A afirmação de que o homem não nasce homem, mas forma-se homem, é decorrente da compreensão de que a origem da educação coincide com a origem do homem, o que enfatiza o caráter ontológico-histórico da relação entre trabalho e educação. (Saviani, 2007)

Ao analisar historicamente a relação trabalho-educação, Saviani (2007) aponta tanto a sua indissolubilidade, quanto os processos que culminaram em sua separação. De acordo com o autor, nas sociedades primitivas os homens aprendiam a produzir a sua existência no próprio ato de produzi-la; e aprendiam a trabalhar, trabalhando. Esta prática lhes permitia repassar às novas gerações os conhecimentos validados pela experiência, deixando de lado os não validados. Neste contexto, a educação era para a vida, e não uma preparação para vida. No entanto, com o aprimoramento da produção e a configuração da sociedade em duas classes sociais distintas; os proprietários e os não-proprietários, a relação trabalho-educação sofreu um abalo radical, pois "o desenvolvimento da produção conduziu à divisão do trabalho e, daí, à apropriação privada da terra, provocando a ruptura da unidade vigente nas comunidades primitivas" (SAVIANI, 2007, p. 155).

Esta ruptura tem reflexos tanto no trabalho quanto na educação. No âmbito do trabalho, houve o advento de um grupo social que passou a viver do trabalho alheio. Tal condição foi possível somente porque os não-proprietários passaram a trabalhar para sustentar a si próprios e aos donos do meio de produção, causando impacto na compreensão ontológica do homem, visto que é isto o que define a essência humana. Como afirma Saviani, “Isso significa que não é possível ao homem viver sem trabalhar. Já que o homem não tem sua existência garantida pela natureza, sem agir sobre ela, transformando-a e adequando-a às suas necessidades, o homem perece” (Saviani, 2007, p. 155) Quanto aos reflexos na educação, a divisão dos homens em classes sociais culminou no afastamento dos proprietários da educação no próprio processo produtivo, distanciando-os dos processos educativos por meio do trabalho. Este processo culminou na institucionalização da educação com o advento das instituições de ensino; as escolas. Estas ofertam educações diferentes, e conseqüentemente, um tipo de escola para os proprietários, e outra para os não proprietários pois “na contemporaneidade, (a escola atingiu) a condição de forma principal e dominante de educação, convertendo-se em parâmetro e referência para aferir todas as demais formas de educação.” (SAVIANI, 2007, p 15)

A ainda que tenha havido a separação entre escola e produção, Saviani (2007) enfatiza que também esta é também uma forma de relação, que é reflexo da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual que foi sendo historicamente constituída nas sociedades de classes. Desde a sua origem a escola se destina à educação para o trabalho intelectual e formação dos futuros dirigentes, enquanto a educação para o trabalho manual se realiza no próprio processo produtivo.

Tal afirmação sobre a educação para o trabalho manual pode ser melhor compreendida pela análise do advento da indústria moderna que teve como um de seus efeitos a crescente simplificação dos ofícios, resultado da transferência para as máquinas, das funções manuais. No entanto, neste contexto de simplificação do trabalho há operações complexas que exigem dos trabalhadores um saber específico, razão pela qual a mecanização das operações manuais exigiu uma formação mínima, garantida pela escola, que tende a ser universalizada. De acordo com Saviani,

[...] eis que, sobre a base comum da escola primária, o sistema bifurcou-se entre escolas de formação geral e as escolas profissionalizantes. Estas por não estarem diretamente ligadas à produção, tenderam a enfatizar as qualificações gerais (intelectuais) em detrimento da qualificação específica, ao passo que os cursos profissionalizantes, diretamente ligados à produção, enfatizaram os aspectos operacionais vinculados ao exercício de tarefas específicas (intelectuais e manuais) no processo produtivo considerado em sua particularidade. (SAVIANI, 2007, p.159)

De acordo com Saviani, a Revolução Industrial pôs em cheque a separação entre instrução e trabalho produtivo, forçando a escola a ligar-se de algum modo, ao

mundo da produção. Esta mudança ocorre no capitalismo monopolista, quando a generalização da organização científica demanda a alteração do trabalho simples, que não mais se caracteriza como eminentemente prático (Neves e Pronko 2008). Tal mudança tem origem

[no] aumento da racionalização do processo de trabalho produtor de mercadorias e [na] disseminação de novos valores e práticas próprios à convivência social urbano-industrial [que] fazem com que a escola, cada vez mais generalizada, se constitua em um local específico de formação para o trabalho. (NEVES E PRONKO, 2008, p. 24)

Esta formação por meio da escola tem uma dupla e concomitante finalidade, que vem a ser a formação técnica para o exercício de atividades no processo produtivo; e a conformação ético política para o trabalho/vida em sociedade, a fim de garantir a reprodução material da existência e a coesão social. Afinal, “a escola dividida em níveis e modalidades é inerente à hierarquização que se estabelece na produção efetivamente capitalista de mercadorias, de natureza flexível, baseada na variação do trabalho e na própria especificidade da produção da vida [...] (NEVES E PRONKO, 2008, p. 24)”

Esta escola é a resposta burguesa à necessidade de formação de trabalhadores, visto que se efetivou uma educação primária voltada para o exercício de profissões práticas, dispensando os fundamentos teóricos; e outra, voltada para a formação das elites e representantes da classe dominante. A manifestação deste fato em uma escola dual pode ser apontada tanto na proposta dualista da escola profissional que formava, de acordo com a classe social, dirigentes ou trabalhadores; quanto na escola que internamente distribuíam os educandos em profissões, levando em consideração características fundadas em sua origem social (SAVIANI, 2007). Assim,

À medida que a produção material e simbólica da existência se racionaliza pelo emprego diretamente produtivo da ciência para a reprodução ampliada do capital e à medida que o trabalhador coletivo necessita de adaptação aos valores e práticas da cultura urbano-industrial que se instaura e se consolida ao longo do século XX, sob a lógica da acumulação capitalista, novas exigências passaram a ser apresentadas pelo capital para a formação para o trabalho simples e para o trabalho complexo, requerendo alterações periódicas no conteúdo e na forma de preparação para o trabalho (NEVES E PRONKO, 2008, P. 22)

Campello, ao definir a dualidade educacional o faz a partir do questionamento sobre a possibilidade de que exista, na sociedade capitalista, uma educação igual para todas as classes. Tal escola pode ser possível, se “não diferencia em função das classes sociais e que, por isto, significa o início de novas relações entre trabalho

intelectual e trabalho manual, não apenas na escola, mas também na vida social, no sentido da superação da sociedade de classes (CAMPELLO, 2009, P. 136).

4. APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE OS PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Ao analisar o capitalismo, Samir Amin (2006) o faz a partir da compreensão de que a sua divisão do trabalho é de amplitude internacional. De acordo com o autor, esta opção de análise evidencia o pioneirismo do sistema capitalista em estabelecer-se enquanto um sistema mundial, do qual todos os países participam, mas com inserções diferentes. Neste contexto, o sistema mundial moderno está fundamentado em um capitalismo igualmente moderno, que possui duas características fundamentais: urbanização maciça, possibilitada pela revolução agrícola e aumento da produtividade; e crescimento exponencial da produção, que subjuga todas as outras dimensões da vida social à lei de acumulação do capital. Por este motivo, a característica fundamental do sistema mundial é a polarização dos países entre centros e periferias. Esta polarização se materializa na pauperização das periferias que mantém uma relação de dependência econômica com os centros. Aos centros é garantida a dominação política que é resultante da subjugação econômica e gera a possibilidade de acumulação de lucros em escala mundial.

Carlos Eduardo Martins (2011) é um autor que traz importantes contribuições a respeito da forma moderna desta polarização. De acordo com Martins, (2001), a Teoria da Dependência em sua abordagem marxista aponta que o desenvolvimento dos países da América Latina é subalterno pois a expansão da produtividade e da mais-valia em países de capitalismo dependente não se traduz em melhoria das condições de vida como nos países centrais, muito menos em redução ou mesmo em eliminação da pobreza. O que de fato ocorre é superexploração da força de trabalho dos países dependentes pelas classes dominantes, com vistas a garantir o aumento da mais-valia através da produção para o mercado mundial. Como destaca Martins (2001),

Os países dependentes, ao serem incorporados na divisão internacional numa especialização produtiva que os inferioriza, eram objeto da competição monopólica e não podiam desafiá-la por meio desse tipo de integração. Sofriam diversas formas de expropriação de seus excedentes e do valor que produziam e se ajustavam às necessidades de reestruturação dos monopólios que competiam no âmbito da economia mundial. Esse reajuste, como afirma Theotonio dos Santos, não era realizado automaticamente, mas sim a partir da influência recíproca de forças externas e internas. (p 239)

Tais forças em disputa operam mudanças no mercado de trabalho a fim de garantir a produção de mais valia. Como afirma Linhart (2007), as mudanças no mercado de trabalho são originadas a partir de interesses econômicos que passam a fundamentar as decisões no campo da produção. Assim, "o aumento de empregos precários, sobretudo dos jovens e das mulheres, é, antes de mais nada o resultado de uma estratégia patronal à maior flexibilidade possível na gestão da mão de obra, transformada em uma questão crucial em período de 'crise' econômica" (LINHART, 2007, p. 38).

Para Neves e Pronko (2008) as novas exigências à formação para o trabalho simples e para o trabalho complexo¹, ocasionam mudanças na escolarização como por exemplo: organização da educação escolar para o trabalho complexo em ramo científico e ramo tecnológico; alteração dos patamares mínimos de escolarização; ampliação quantitativa dos anos de escolaridade; organização curricular voltada mais imediatamente para o desenvolvimento de capacidades técnicas; além de alterações quantitativas e qualitativas na conformação da escola de nível superior.

5. REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE O PRONATEC

A fim de evidenciar a prioridade das políticas educacionais brasileira contemporânea na formação para o trabalho simples é possível apontar três iniciativas recentes que operaram grandes mudanças na orientação da formação profissional: O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, além do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Este programa é uma das expressões da orientação mercantil da política educacional brasileira atual, que tem se fundamentado no fortalecimento do setor privado de ensino por meio de ações como a sua desoneração a partir da isenção fiscal e o seu favorecimento, via repasse direto de verbas para custeio de vagas em instituições de ensino privadas. Por outro lado, as instituições públicas de ensino tem passado por um processo de precarização da formação² ofertada em virtude da orientação mercantilista das políticas educacionais, ainda que tenha a contrapartida do aumento do aporte de recursos, como acontece com o Reuni.

No âmbito da política de educação profissional, destaca-se, mais recentemente a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos

1 "Em qualquer tipo de organização societária, o trabalho pode dividir-se em simples e complexo. Trabalho complexo é um conceito formulado por Karl Marx no volume 1 de O Capital como par do conceito de trabalho simples. Embora presentes em qualquer tipo de sociedade, eles têm a sua natureza determinada historicamente, segundo a especificidade de cada formação social concreta e do estágio da divisão social do trabalho alcançado pelas sociedades em seu conjunto. Enquanto o trabalho simples se caracteriza por sua natureza indiferenciada, ou seja, dispêndio da força de trabalho que "todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo" (MARX, 1988: 51), o trabalho complexo, ao contrário, se caracteriza por ser de natureza especializada, requerendo, por isso, maior dispêndio de tempo de formação daquele que irá realizá-lo. (p. 21-22, Neves e Pronko, 2008)

2 De acordo com dados do Ministério da Educação e Cultura, o Reuni tem como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, e como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos. Fonte: http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28 Acessado em maio de 2013.

Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os torna integrantes da rede federal de ensino. De acordo com dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC)³, a rede federal teve crescimento de cerca de 60% no número de instituições no período de 2003 a 2007, com previsão de aumento do percentual para 75% de escolas técnicas no país em relações ao número construído no período de 1909 a 2002.

Quanto ao PRONATEC, a sua criação deu-se pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e possibilitou que os seguintes programas já existentes fossem reunidos: Programa Brasil Profissionalizado e a rede E-TecBrasil. As seguintes ações sofreram alterações: Acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem e o Fundo de Financiamento Estudantil Técnico e Empresa (Fies), e somente a Bolsa-Formação foi uma inovação.

O objetivo principal do programa é aumentar o acesso dos jovens pobres e trabalhadores aos cursos técnicos, melhorando assim a sua qualificação. Neste sentido a qualificação profissional é tida como meio de superação da pobreza, o que do ponto de vista do referencial teórico deste trabalho, não pode ser afirmada como plausível. No entanto, o PRONATEC apresenta importantes contribuições para a estratégia de superexploração dos trabalhadores por meio do aumento de sua qualificação, tendo em vista a formação orientada para o mercado. Algumas destas estratégias podem ser evidenciadas pelos seguintes fatos:

- Formação para o trabalho por meio de processos educativos aligeirados a fim de atender a demanda imediata do mercado produtivo. (E-TecBrasil, Fies Empresa)
- Repasse de recursos públicos à iniciativa privada (Fies Empresa)
- Precarização do vínculo de trabalho dos servidores públicos por meio da oferta de bolsa para execução de atividades com carga horária extra; (Bolsa-Formação)
- Vinculação da formação profissional a maior empregabilidade; (Bolsa-Formação)
- Investimento em educação profissional como forma de erradicar a pobreza extrema. (Bolsa formação).
- Fortalecimento do sistema bancário por meio de repasse aos estudantes, trabalhadores e instituições dos recursos via conta-corrente;

3 _____
http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2.
Acessado em Maio de 2013.

Diante desta breve análise, considero de suma importância o estudo do PRONATEC por ser esta a estratégia mais recente da política de educação profissional brasileira, e também por conter diversas propostas que precisam ser esclarecidas a luz do referencial teórico apresentado neste trabalho.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMIN, Samir. **Os desafios da mundialização**. São Paulo: Idéias e Letras, 2006.
2. CAMPELLO, A. M. M. B. Dualismo Educacional. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Orgs.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2 a.ed., Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.
3. LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.
4. MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.
5. NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**. 1. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ, 2008. v. 1. 204p.
6. SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.